

Nordeste *versus* Sudeste: uma análise comparativa fundamentada na composição das suas pautas de exportação no período de 1995 e 2006

Francisca Diana Ferreira Viana^{*}
Wanderson Luiz Lopes Fortunato[♦]

Resumo

A clássica diferença entre os níveis de crescimento e desenvolvimento das regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil foi classificada, nos anos de 1960, por renomados cientistas sociais e políticos, como o principal problema a ser enfrentado por qualquer política econômica que visasse o desenvolvimento nacional. As assimetrias entre as duas regiões se tornaram mais evidentes com o advento da industrialização, pois se delineou um tipo de estrutura econômica no qual passaram a coexistir um sistema produtivo dinâmico (região Centro-Sul) e outro atrasado (região Nordeste), caracterizando uma relação econômica que, à luz do pensamento cepalino, seria de centro e periferia. Com o objetivo de analisar as causas e apontar soluções para o descompasso no nível de renda real das duas regiões, criou-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Por diversas razões, as diferenças, em termos de nível de desenvolvimento, entre estas duas regiões não foram sanadas de forma definitiva e hoje, quando o Brasil vive um novo contexto econômico (de abertura comercial e financeira) e político, essas diferenças persistem, porém não apenas em nível inter-regional, mas, também, intra-regional, sendo que esta última vem resultando na segmentação da região Nordeste em vários Nordeste. Assim, o objetivo do presente trabalho foi, revisitando o GTDN, captar as diferenças nas estruturas produtivas das duas regiões, por meio da análise da composição das pautas de exportações do Nordeste e Sudeste nos anos de 1995 e 2006.

Palavras-chave: Região Nordeste, Região Sudeste, Assimetrias Regionais, Pauta de Exportação.

Abstract

The difference classic between standard of growth and development of the Northeast and Center-South regions was classified, in 1960's, by important social and political scientist, like the main problem to be faced by any economic policy that aimed the national development. The difference between the two regions became more obvious with the industrialization process, because it drew a kind of economic structure where there was a dynamic productive system (the Center-South region) and other backward (the Northeast region), it characterizing an economic relation that, by cepalino thought, it was center and periphery. With the objective of to analyze and to point solutions to the difference in the standard of real income of the two regions, it was created the Northeast Development Work Group (GTDN). By many reasons the difference it wasn't solved and now, when Brazil is a new economic and politic context (with commercial and finance opening), this difference persists, now isn't only in interregional standard, but, also, intraregional, this is resulting in the segmentation of the Northeast region in many Northeast. Then, this paper aimed, it revisiting the GTDN, to grasp the difference in the productive structure of the two regions, through of the Northeast and Southeast's exportations in 1995 and 2006.

Key-words: Northeast Region, Southeast Region, Regional Difference, Exportations.

ÁREA 6 - ECONOMIA AGRÁRIA, ESPAÇO E MEIO-AMBIENTE
13. ECONOMIA, ESPAÇO E URBANIZAÇÃO
SESSÃO ORDINÁRIA

^{*} Doutoranda em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR – UFMG.

[♦] Mestrando em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR – UFMG.

1 – Introdução

O Nordeste foi a primeira região do Brasil a ser ocupada pelos colonizadores portugueses. Durante cerca de dois séculos essa Região foi a base de sustentação da formação econômica nacional, tendo como principal atividade produtiva o plantio de cana de açúcar, que se desenvolveu basicamente na zona litorânea. Com a ocupação do interior, outras atividades secundárias como a agricultura de subsistência, a pecuária e o cultivo de algodão, se desenvolveram, porém, somente esta última evoluiu satisfatoriamente, tornando o algodão o segundo principal produto da Região.

Contudo, no século XVIII, o Nordeste começou a perder poder econômico e político para a região Sudeste, em virtude da descoberta de ouro em Minas Gerais. Mesmo com o declínio da exploração de ouro, o Centro-Sul continuava a se consolidar como o núcleo dinâmico da economia, apoiado, principalmente, na cultura do café, que se tornava o principal produto de exportação do País. A partir de então, grande parte das políticas econômicas estava voltada à defesa do preço do café no mercado internacional, induzindo os demais produtos a assumir um papel secundário na pauta de exportações. Embora o centro econômico tenha se deslocado, a economia brasileira continuava tendo no mercado externo, seu elemento dinâmico.

No entanto, no século XX, as transformações ocorridas na economia capitalista, devido às duas guerras mundiais e à crise de 1929/1930, levaram os países classificados como subdesenvolvidos, como o Brasil, a substituírem a agricultura de exportação por uma nova estratégia de desenvolvimento. Foi nesse contexto que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma instituição criada com o intuito de pensar o desenvolvimento das economias latino-americanas à luz de um modelo alternativo, defendeu a idéia da industrialização como a única forma de tais economias se desenvolverem.

Essa idéia foi comprada pelo Brasil e, já nos anos de 1930 o Estado mostrava preocupação em possibilitar o surgimento de uma estrutura industrial. No entanto, a consolidação dessa estrutura só ocorreu, de forma definitiva, nos anos de 1950, quando o Estado proveu uma infra-estrutura básica necessária para o desenvolvimento da indústria. Aliado a criação dessa infra-estrutura, o Estado adotou o Programa de Substituição de Importações (PSI) que, de forma geral, restringia a importação de produtos com similar nacional, de forma a estimular o consumo dos bens produzidos internamente, gerando incentivos ao investimento na indústria nacional. Para atingir esse objetivo a política cambial foi decisiva.

O poder econômico e político alcançado pelo Centro-Sul por meio das exportações agrícolas, principalmente de café, geraram um ambiente propício ao desenvolvimento da indústria. Além disso, o

Centro-Sul contava com um sistema financeiro e um mercado de trabalho mais consolidado em comparação com a região Nordeste, concentrando os esforços de industrialização da economia brasileira, o que contribuiu para o fortalecimento das disparidades, em termos de crescimento, entre as duas regiões. Além disso, algumas características inerentes à economia nordestina, que serão analisadas ao longo do trabalho, agravaram estas disparidades.

Nesse cenário, de fortalecimento das assimetrias entre os níveis de renda, o principal objetivo de uma política de desenvolvimento nacional, na época, seria a obtenção de um crescimento equânime entre as duas regiões. Nesse sentido, foi criado, no início dos anos de 1960, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o objetivo de elaborar um documento que apontasse as causas do subdesenvolvimento e encontrasse soluções para o desenvolvimento da região Nordeste. De fato, isso foi feito, no entanto, a fragilidade da economia brasileira frente às crises internacionais e a prioridade dada à contenção da inflação abortaram a adoção das medidas em prol de uma redução do desequilíbrio do nível de renda real das economias do Nordeste e Centro-Sul.

A partir dos anos 90, as grandes transformações pelas quais a economia brasileira passou, seguindo a tendência mundial de abertura comercial e financeira, tornou a superação desse desequilíbrio mais complexa. Por outro lado, o contexto político e econômico atual da economia brasileira é outro, com o Estado deixando de ser o principal articulador do desenvolvimento nacional, através de uma significativa redução de sua participação na economia. Esses dois fatores em conjunto resultaram na exposição do parque nacional à concorrência estrangeira direta, delineando uma nova configuração econômico-espacial para o Brasil, na qual o capital estrangeiro busca áreas propícias a sua reprodução. A preferência do capital por áreas mais desenvolvidas aumentou o desequilíbrio entre as duas regiões, caracterizando um processo cumulativo. Além disso, essa dinâmica causou desequilíbrios intra-regionais no Nordeste, gerando disparidades no desenvolvimento econômico da Região.

Assim, além da clássica diferença de nível de renda real entre as duas regiões, a nova configuração econômico-espacial do país dividiu o Nordeste em vários nordestes, isto é, áreas com uma estrutura produtiva relativamente mais sólida e dinâmica, convivem com áreas extremamente atrasadas, nas quais a lógica do capital tem pouco ou nenhum interesse. Nestas regiões, o desenvolvimento dificilmente chegará pelas vias do mercado, de forma que a atuação do Estado é fundamental.

O presente trabalho pretende analisar o processo de formação da estrutura produtiva nordestina, buscando as causas para o subdesenvolvimento observado hoje. Além disso, uma vez que as exportações desempenharam e continuam desempenhando um papel de destaque enquanto vetor de crescimento da economia brasileira e, sobretudo, da economia nordestina, objetivou-se, também,

analisar a composição das pautas de exportação das regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1995 e 2006, a fim de captar as mudanças nas duas regiões, ocasionadas pela abertura comercial brasileira e, ainda, fazer uma comparação entre essas duas pautas de exportação, observando as diferenças ainda existentes na estrutura produtiva das duas regiões.

2 – Notas Metodológicas

Para a discussão da formação da estrutura produtiva do Nordeste, o presente trabalho se propôs revisitar o documento elaborado pelo GTDN, uma vez que se acredita que mesmo após cinquenta anos de sua elaboração, alguns dos problemas apontados por ele ainda persistem, de tal forma que as soluções destacadas pelo grupo possam ser revistas e adotadas, mesmo num contexto político e econômico diferente.

A variável exportação será adotada para captar as diferenças nas estruturas produtivas das regiões Nordeste e Sudeste, o que permitirá observar as disparidades existentes nos níveis de desenvolvimento das duas regiões. Nesses termos, serão analisadas as composições das pautas de exportações de cada região no período de 1995 e 2006. A escolha desse período reside no fato de que foi a partir de 1995 que a economia brasileira consolidou, definitivamente, sua abertura econômica.

A composição das pautas de exportações das duas regiões foi obtida a partir do cálculo da participação no valor das exportações setoriais na exportação total da região, conforme a expressão (1).

$$X_{ij} / X_j \quad (1)$$

Em que:

X_{ij} são as exportações do setor i na região j ;

X_j são as exportações totais da região j ;

Além disso, para observar uma possível realocação setorial entre as duas regiões, isto é, se a produção setorial se deslocou do Nordeste para o Sudeste no período, ou vice-versa, foi calculada a participação setorial de cada região no valor das exportações setoriais do país, como mostra a expressão (2).

$$X_{ij} / X_{i,BR} \quad (2)$$

Em que:

X_{ij} são as exportações do setor i na região j ;

$X_{i,BR}$ são as exportações do setor i no Brasil.

Para isso, foi utilizada a base de dados da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil, disponível por intermédio do Sistema ALICE (Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior)¹ para dados de exportação e importação, discriminada por estado e por capítulos, os quais correspondem aos setores produtivos. Estes estão enumerados de 1 (um) a 99 (noventa e nove), de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), sendo definidos pelo MDIC (2007) como correspondendo a todo produto objeto de uma importação ou exportação².

3 – Fundamentos Teóricos do Desenvolvimento

3.1 – Crescimento Equilibrado *versus* Crescimento Desequilibrado

Para pensar uma política de desenvolvimento nacional e/ou regional acredita-se ser necessário resgatar nas teorias da economia do desenvolvimento, as estratégias sugeridas para superar a armadilha do subdesenvolvimento.

Nessa perspectiva, duas correntes teóricas se destacam: a teoria do crescimento equilibrado e a teoria do crescimento desequilibrado. Na primeira, cujas principais contribuições vêm de Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Scitovsky, acredita-se que é indispensável que não haja descompasso no crescimento dos diversos setores da economia. A estratégia de desenvolvimento dessa teoria se apóia na idéia do *Big Push*, que consiste numa onda de investimentos de capital em um número de diferentes indústrias. O sucesso de tal alternativa estaria no fato de que a realização desses diferentes projetos, simultaneamente, faria com que cada indústria fosse “sustentada” pelas outras. Desse modo, o obstáculo “tamanho do mercado”, que limitava os empreendimentos individuais, seria removido. A essência dessa “sustentação” reside na geração de economias externas, que está por trás da complementaridade dos projetos industriais (NURKSE, 1953).

A discordância diante dos argumentos dessa teoria levou Hirschman (1961) a elaboração de uma outra corrente teórica, a teoria do crescimento desequilibrado. Segundo Hirschman, a teoria do desenvolvimento equilibrado falha enquanto uma teoria desenvolvimentista. Sua principal crítica é que

¹ O Sistema Alice está disponível no *site* do MDIC na seguinte página: <http://aliceweb.desenvolvimento.com.br>

² Para efeito de classificação de mercadorias, o Brasil passou a utilizar, desde 1996, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), utilizada igualmente pelos demais países partícipes do bloco (Argentina, Paraguai e Uruguai) baseado no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) (MDIC, 2004).

a superação do subdesenvolvimento pelo desenvolvimento equilibrado demanda uma série de qualidades que faltam aos países subdesenvolvidos.

“É de todo inconcebível que uma economia de primeira etapa pudesse galgar uma segunda etapa com suas próprias forças, ou mesmo com pequeno auxílio do exterior; sem a total colonização estrangeira a tarefa parecia desesperadora. Em outras palavras, se um país estivesse em condições de aplicar a doutrina do desenvolvimento equilibrado, então preliminarmente não seria um país subdesenvolvido (HIRSCHMAN, 1961. p. 86)”.

A abordagem do desenvolvimento não-equilibrado vê a possibilidade do desenvolvimento como sendo atingido por uma cadeia de desequilíbrios. Esses desequilíbrios seriam gerados por investimentos individuais, que uma vez aproveitando-se de economias externas proporcionadas por empreendimentos prévios, gerariam novas economias externas para serem aproveitadas por decisões de investimentos posteriores. Assim, segundo essa abordagem, a preservação do desequilíbrio é um fator fundamental para manter as tensões e as desproporções que geram lucros e perdas características da evolução do modelo capitalista de produção. Nesse sentido, uma política desenvolvimentista não deve se preocupar em corrigir desequilíbrios, ao contrário, tem que trabalhar para gerá-los ou, pelo menos, mantê-los.

3.2 – Fundamentos Teóricos para o Desenvolvimento Latino-Americano

No caso específico da América Latina, a questão da superação do subdesenvolvimento começou a ser tratada a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O pensamento cepalino estuda o fenômeno do subdesenvolvimento a partir da divisão do mundo capitalista em centro e periferia. O centro caracteriza-se por possuir uma estrutura produtiva diversificada e homogênea, resultando em maior eficiência na produção de bens industriais. De maneira inversa, a periferia possui uma estrutura produtiva especializada e heterogênea, sendo mais eficiente na produção de bens primários. Como destaca Rodriguez (1981, p.37):

“A estrutura produtiva da periferia adquire dois traços fundamentais. Por um lado, destaca-se seu caráter especializado ou unilateralmente desenvolvido. Por outro lado, a estrutura mencionada é heterogênea ou parcialmente atrasada, no sentido de que coexistem em seu seio setores em que a produtividade alcança os níveis mais altos do mundo – particularmente o setor exportador – e atividades em que se utilizam tecnologias antiquadas”.

Contudo, seguindo o prisma da divisão clássica do trabalho, que, resumidamente, defende que cada país exporta o produto que produz de forma mais eficiente, ter-se-ia a seguinte conformação: os países centrais, que são industrializados, exportariam bens industriais e a periferia bens primários. Assim, mesmo com estruturas produtivas diferentes, o intercâmbio internacional de mercadorias seria um meio eficiente para a periferia alcançar o ritmo de crescimento do centro, pois o progresso técnico procedente das economias centrais, responsável pela maior produtividade das mesmas, se distribuiria

de forma equânime entre os países, por meio desse intercâmbio, através da queda dos preços ou aumento da renda.

No entanto, como destaca Prebisch (2000, p.72), “os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável aquela que logrou a população dos grandes países”. O que houve, de fato, foi uma deterioração dos termos de intercâmbio das economias periféricas. Como salienta Rodriguez (1981, p.39), “por definição, a deterioração dos termos de intercâmbio implica que o poder de compra dos bens industriais de uma unidade de bens primários de exportação se reduz com o transcorrer do tempo”. De outra forma, essa deterioração implica que a renda real média da periferia esteja crescendo a uma taxa menor que a produtividade do trabalho.

Entre as principais causas dessa deterioração dos termos de intercâmbio entre o centro e a periferia, destaca-se a constatação de que os aumentos de produtividade advindos do progresso técnico não se refletiram em reduções proporcionais de preços. Ao contrário, os preços dos bens industriais das economias centrais aumentaram mais que os bens primários da periferia. Ou seja, os frutos do progresso técnico se concentram nos centros industriais.

Outra causa fundamental da deterioração é o excedente de mão-de-obra existente na periferia. Como destaca Rodriguez (1981, p.41), “As necessidades do trabalho tendem a aumentar em ritmo menor do que a enorme oferta de mão-de-obra que tem sua origem no crescimento vegetativo da população e nos deslocamentos produzidos pela introdução de técnicas novas nos setores atrasados”. Além disso, o progresso técnico gera efeitos sobre a utilização dos insumos e do padrão de consumo que, resultam em uma elasticidade-renda das economias centrais pelos bens primários periféricos inferior a unidade. O inverso ocorre nas economias periféricas, ou seja, a elasticidade renda da periferia pelos bens industriais do centro é maior que a unidade. Assim, as exportações primárias não são suficientes para cobrir as necessidades de bens industriais das economias primárias, o que se reflete em um baixo coeficiente de importação dessas economias.

Para tentar corrigir as distorções econômicas da deterioração dos termos de troca, a opção apontada pela Cepal foi a industrialização por meio da substituição de importações. De acordo com Rodriguez (1981, p.73):

“faz-se necessário produzir internamente parte das manufaturas cuja demanda cresce intensamente, ao crescer a renda, já que a lentidão relativa da expansão da demanda de produtos primários no centro não permite obtê-la através da exportação. Em outras palavras, a expansão da indústria é necessária para que a periferia possa crescer a um ritmo mais rápido que o do centro, ou, mais precisamente a uma taxa superior ao limite imposto pelo crescimento do centro e a disparidade de elasticidades”.

Deve-se destacar que o processo de industrialização da periferia enfrenta grandes dificuldades por demandar, como destaca a teoria do desenvolvimento desequilibrado, qualidades que a estrutura produtiva periférica possui de forma limitada, tais como infra-estrutura adequada de energia, transporte, rodovias, ferrovias, entre outras. Por isso, para os teóricos da Cepal, a industrialização substitutiva não resulta nas vantagens obtidas pelo centro, tal como produção em grande escala, devido aos baixos níveis de produtividade, renda e mercado, resultados dos entraves impostos pela infra-estrutura, além das dificuldades inerentes à absorção das técnicas geradas nos centros, ou melhor, a inadequação das tecnologias centrais às necessidades da periferia.

Outro aspecto característico da periferia, que repercute na deterioração dos termos de troca, é a estrutura de posse da terra, caracterizada pela convivência de latifundiários e minifundiários, o que dificulta a criação e manutenção de uma estrutura produtiva agrícola homogênea, limitando a oferta agrícola. No entanto, essa estrutura de posse é difícil de ser modificada, uma vez que é utilizada como instrumento de poder e *status* social. Como bem destaca Rodriguez (1981, p.90):

“No latifúndio, a excessiva concentração da terra dificulta a sua plena utilização devido à grande quantidade de capital que se requereria para explorá-la. Ao mesmo tempo, para proprietários que dispõe de grandes rendas resulta viável, e ainda desejável, manter terras improdutivas, como defesa contra a inflação e por considerações de prestígio social”.

Essa heterogeneidade na propriedade da terra tem implicações negativas sobre a consolidação do modelo de desenvolvimento voltado para dentro, por meio da substituição de importações, pois é responsável pela coexistência de um setor atrasado com o setor moderno, gerando fortes conflitos de cunho social, político e econômico, que dificultam o processo de desenvolvimento. No entanto, para os teóricos da Cepal, mesmo com todos os gargalos apresentados, a industrialização seria o único caminho para o desenvolvimento da periferia.

4 – Industrialização Brasileira: Impactos no intercâmbio entre as regiões Sudeste e Nordeste

Na qualidade de economia periférica, o setor primário exportador foi a pedra angular do crescimento econômico brasileiro até meados do século XX. Porém, com as mudanças de caráter econômico trazidas pelas duas guerras mundiais e a crise de 1929/1930, o Brasil, assim como as demais economias da América Latina, iniciou ou intensificou seu processo de industrialização, haja vista que, como foi apontado pela Cepal, o modelo de desenvolvimento voltado para fora, pautado na exportação de produtos agrícolas, expunha as economias periféricas a fragilidades difíceis de serem sanadas.

No caso brasileiro, o processo de industrialização se deu por meio do Programa de Substituição de Importações (PSI), que se solidificou nos anos cinquenta, com a adoção de políticas econômicas de cunho desenvolvimentista que priorizavam a indústria. No entanto, os resultados trazidos pelo processo de industrialização foram diferentes para as diversas regiões do País. De fato, as assimetrias regionais no Brasil se tornaram tão expressivas que a análise da estrutura produtiva brasileira pode ser feita à luz da teoria cepalina, qual seja: centro e periferia.

A industrialização delineou duas estruturas produtivas totalmente diferentes. A primeira, em que se encaixa a região Centro-Sul é a que podia ser caracterizada como centro e a outra, neste caso o Nordeste, como periferia. Na primeira, os frutos da industrialização se manifestaram de forma mais evidente, possibilitando a formação de uma estrutura produtiva mais homogênea e diversificada, que apresentava uma maior produtividade, um sistema monetário mais avançado, e um mercado de trabalho mais sólido³. E a segunda, possuía uma estrutura produtiva heterogênea e especializada, com a coexistência de setores com grandes níveis de produtividade muito diferentes e relações trabalhistas que, de certa forma, podiam ser caracterizadas como pré-capitalistas.

Criou-se na economia brasileira, portanto, um tipo de estrutura econômica subdesenvolvida, nas palavras de Furtado (1961, p.189), “bem mais complexo que o da simples coexistência de empresas estrangeiras com remanescentes de um tipo pré-capitalista”. Passando a coexistir, então, três setores, dentro da economia: no primeiro, predominavam as atividades de subsistência e era reduzido o fluxo monetário; no segundo estavam as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, as que se prendiam ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral.

A implantação do PSI se deu com base em subsídios à indústria e uma política cambial seletiva, em que as importações passaram a ser limitadas a uma pauta essencial, que beneficiava o Centro-Sul, ao mesmo tempo em que prejudicava o Nordeste, uma vez que a maioria das importações demandadas por esta região não entrava relação de bens essenciais.

A adoção dessa política cambial, que restringia as importações de bens com similar nacional, não deixou outra opção a região Nordeste, se não importar do Centro-Sul, a maioria dos bens demandados do exterior, criando o que o GTDN denominou de “relação de comércio triangular”, já que o Nordeste pagava suas importações do Centro-Sul com as divisas geradas pela exportação dos seus produtos primários, o que, por sua vez, financiava as importações essenciais ao processo de

³ De acordo com Furtado (1961), a formação dessa estrutura se deu em razão das volumosas inversões efetuadas no setor cafeeiro – até mesmo quando sua rentabilidade real era relativamente baixa –, o que provocou a absorção da economia de subsistência preexistente e financiou a imigração européia, promovendo, assim, a expansão do setor monetário dentro da economia. Como as necessidades de manufaturas desse setor eram bastante elevadas, surgiu um mercado de manufaturados, que justificou mais tarde a criação de um núcleo industrial, tornando possível, com o tempo, a transformação estrutural da economia.

industrialização desta. Ou seja, o Nordeste tinha uma relação direta com o exterior e com o Centro-Sul, e uma outra relação indireta com o Centro-Sul, por meio de suas exportações ao exterior. Essa relação consolidou, entre as duas regiões, um sistema caracterizado como centro-periferia.

Assim, o comércio triangular entre o Nordeste e o Centro-Sul foi positivo para essa última região, no sentido de que contribuiu para ampliar sua capacidade de importação. Além disso, o Nordeste constituía um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul do que este representava para o Nordeste. Como ressalta o GTDN (1997, p.397):

“Para o Nordeste, a possibilidade alternativa de importar do estrangeiro é quase inexistente, seja porque as divisas já foram absorvidas pelos importadores do sul, seja porque as mercadorias de que necessita o Nordeste estão, praticamente, excluídas das importações do País, mediante tarifas suficientemente altas, ou outros impedimentos do tipo cambial”.

Mesmo com uma política cambial que tinha por objetivo a sustentação do preço do café e que em alguns momentos prejudicou as exportações nordestinas, essa região conseguia manter sua competitividade como produtora e exportadora de açúcar, e isso assegurava a transferência de divisas para o Centro-Sul por meio das importações nordestinas.

Essa transferência era da ordem de 40% e a causa, como bem aponta o GTDN (1997, p.396), é clara:

“sendo mais intenso o ritmo de desenvolvimento no Centro-Sul, as modificações estruturais nesta última região foram também mais rápidas. Assim, a procura de equipamentos e produtos semi-elaborados, que as indústrias requerem – em grande parte artigos não produzidos no País – cresceu com intensidade muito maior no Centro-Sul. Assim, não tendo acesso a totalidade de divisas que produziam suas exportações, o Nordeste era induzido a despendar a renda correspondente a essas divisas em compras no Sul do País”.

A caracterização da economia nordestina como periférica, dentro da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro, foi resultado da forma como se realizou o processo de industrialização. No entanto, é importante ressaltar, que a própria estrutura da economia açucareira gerou percalços ao crescimento da economia nordestina, contribuindo, assim, para a estagnação da região Nordeste frente ao Centro-Sul, em termos de crescimento e desenvolvimento econômico.

5 – Nordeste Brasileiro: Caracterização da sua Formação Econômica

A região Nordeste possui características peculiares que, de certa forma, emperraram seu desenvolvimento, fazendo com que, ainda hoje, a Região demande uma atenção especial do aparato institucional brasileiro, em prol da superação desses entraves. Para melhor entender os problemas econômicos vividos pelo nordeste brasileiro é preciso delinear essas características, que são: escassez relativa de terras aráveis; inadequada precipitação pluviométrica; concentração de rendas advindas do

setor exportador, basicamente o setor açucareiro; coexistência de um setor de subsistência atrasado e com técnicas de produção arcaicas, com o setor primário exportador, que apresentava maior produtividade.

Outro aspecto destacado pelo GTDN (1997) que entravava o crescimento da região Nordeste era a regressividade do sistema tributário na esfera federal, estadual e municipal. Se o sistema tributário apresentasse algum grau de progressividade, de forma que o Sudeste contribuísse mais, na proporção de seu Pib, a possibilidade do Nordeste crescer de forma mais autônoma aumentaria. Por outro lado, o fato de que o governo gastava mais do que arrecada na região, caracterizando-se como uma política assistencialista, que ocorria, principalmente, nos períodos de estiagem, outro problema inerente à região, podia ser visto como um mecanismo autônomo de redução dos desequilíbrios entre as duas regiões. No entanto, no geral, as políticas públicas não refletiam de forma positiva na estrutura econômica da região, pelo contrário, davam suporte para o sistema de produção continuar fragilizado.

Com isso, as disparidades entre as estruturas produtivas das regiões Nordeste e Centro-Sul somente se consolidavam, pois se de um lado as medidas usadas pelo Estado amenizavam as crises de produção da agricultura de subsistência em épocas de seca, de outro, contribuía, de certa forma, para formar um excedente demográfico crescente, sem reestruturar o aparelho produtivo da Região.

Em outro âmbito, os capitais privados não tinham incentivos suficientes para permanecer na região, uma vez que a região mais dinâmica do país já tinha alcançado um elevado nível de renda e um considerável grau de diversificação do parque industrial, que possibilitavam um ritmo de crescimento mais acelerado, gerando maiores taxas de retorno. A fuga de capitais da região Nordeste, criava um ambiente desfavorável à reprodução do capital, não gerando atratividade para o mesmo, constituindo um círculo vicioso. A ausência desse capital no Nordeste não permitia a criação de capacidade produtiva, a elevação do nível médio de produtividade e a absorção do excedente populacional, o que contribuía para manter o baixo nível de vida da população da região.

Em resumo, como destacado no GTDN (1997) existe uma grande diferença entre os recursos privados que saem da região e os que entram por meio do setor público. Os primeiros estão em busca de aplicação rentável, e deixam a região por falta de oportunidade de reprodução. Por outro lado, o capital público se traduz, basicamente, em subsídios ao consumo ou investimentos não-reprodutivos. Assim, a ação do governo federal se limita a compensar a tendência emigratória dos capitais privados nordestinos para a região que oferece as melhores oportunidades.

Nesse ambiente de baixo dinamismo, a economia nordestina se caracterizava pela coexistência de dois sistemas econômicos. O primeiro, que abrangia a faixa úmida do litoral, constituiu-se com base na produção de açúcar e, o segundo, no interior semi-árido, na pecuária e

agricultura de subsistência. Neste último, a produtividade era mais baixa, devido à baixa quantidade de terra por pessoa ocupada e a reduzida dotação de capital por unidade de terra.

Com o cenário exposto acima, pode-se afirmar que a única atividade que podia impulsionar o dinamismo da economia nordestina era a produção de açúcar para exportação. Assim, conforme o GTDN (1997), o *quantum* das exportações tornou-se o principal elemento determinante do nível de atividade econômica na região e, por conseguinte, do volume de investimentos e do ritmo de desenvolvimento. Portanto, dentro desse contexto, aumentar as exportações de açúcar era a forma mais rápida e barata de crescer. Num segundo plano, o algodão também seria uma boa alternativa, uma vez que, segundo o GTDN (1997), a oferta dependia apenas de fatores naturais.

No entanto, estas duas atividades sofreram grandes prejuízos por conta da política cambial do período. Essa política estagnou as exportações de açúcar e algodão da região Nordeste, resultando na incapacidade da economia nordestina em manter sua participação no mercado do Centro-Sul. Isto, por sua vez, aumentava as disparidades dos ritmos de crescimento e da renda real das duas regiões, principalmente, porque a melhoria advinda da relação de preços do intercâmbio externo, oriunda do aumento do preço do café, beneficiou o Centro-Sul do País.

Dada essas disparidades, o GTDN defendia que as vendas para o Centro-Sul dependeriam das exportações ao exterior, de tal maneira que, se o crescimento do *quantum* das exportações fosse baixo, isso teria que ser compensado por um aumento do volume de vendas ao Centro-Sul, num nível superior ao crescimento da renda nesta região. No entanto, como apontava o mesmo documento, a oferta limitada de terra emperrava qualquer tentativa de estabilizar a expansão das exportações, não restando outro caminho se não elevar a dotação de capital por pessoa ocupada, tanto na agricultura, como nos outros setores.

Em virtude das desvantagens naturais, características da Região, tornavam-se impossível aumentar a exportação de produtos agrícolas, uma vez que isso só seria conseguido através da diversificação da produção, o que, por sua vez, era impossibilitado por elementos ligados ao fator de produção terra.

As dificuldades impostas pela política cambial e pelas desvantagens naturais fizeram com que o setor açucareiro deixasse de constituir o núcleo dinâmico no complexo econômico nordestino, gerando impactos negativos sobre emprego e renda. De fato, a preocupação fundamental da região, consistia em suprir a falta desse impulso dinâmico.

6 – A Industrialização como Impulso Dinâmico à Região Nordeste

Uma economia subdesenvolvida está aprisionada no seguinte círculo vicioso: quanto menos desenvolvida, menos diversificada é sua estrutura produtiva e maior é a dependência por bens de maior conteúdo tecnológico. A redução dessa dependência passa por duas vias: aumento das exportações ou diversificação da estrutura produtiva por meio da industrialização. Para o Nordeste, a industrialização, em certa medida, era a única forma de abrir caminho ao desenvolvimento, superando seu atraso relativo ao Centro-Sul.

A industrialização do Centro-Sul se deu com base em dois pilares: os subsídios cambiais e os financiamentos governamentais. Se de um lado os subsídios contribuíram para concentrar os investimentos no Centro-Sul, de outro, a estrutura produtiva mais bem consolidada justificou a maior liberação de pedidos de licença de importação para essa região. Além disso, o poder econômico advindo dessa estrutura produtiva mais sólida expandia o mercado mais rapidamente e facilitava o acesso ao crédito bancário. Esse complexo produtivo, que contava com tecnologia moderna e com mecanização crescente, favoreceu a mão-de-obra mais cara.

Por sua vez, a estrutura produtiva da região Nordeste estava muito aquém do grau de complexidade atingido pelo Centro-Sul. Isso era resultado tanto de fatores intrínsecos a Região, com destaque para a grande concentração de renda, característica da economia açucareira, que travou o desenvolvimento do mercado interno da região, quanto de impactos das políticas públicas, principalmente, da política cambial, que favoreceu a região Centro-Sul em detrimento da região Nordeste.

Dada as características da economia nordestina, como ressalta o GTDN (1997, p. 411), “uma política de industrialização no Nordeste deve basear-se em cuidadosa análise da experiência passada e das tendências atuais, se pretende apoiar-se em critérios econômicos realistas”. Nesse sentido, tal política deve objetivar dois fatores centrais: a reorganização das indústrias tradicionais e, a modificação da estrutura do sistema industrial, instalando a indústria de base e, criando, assim, um sistema capaz de se auto-sustentar. Essas medidas eram necessárias para que se superasse o ponto mais fraco das indústrias do Nordeste, que no diagnóstico do GTDN era o peso relativo da agricultura na economia da região. Além disso, a reestruturação da agricultura nordestina, visando um uso mais intensivo e racional dos recursos escassos de terra e água, constituiria um pré-requisito da industrialização.

Dentro desse contexto, o GTDN propôs um plano de ação para alavancar a indústria e desenvolver a região Nordeste, o qual passava pelos seguintes pontos: 1 – Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; 2

– Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos aos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada; 3 – Transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente aos impactos da seca; 4 – Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estavam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa do semi-árido.

Os principais gargalos a serem enfrentados por uma política que visasse o desenvolvimento da região Nordeste, segundo o GTDN eram:

1 – a problemática das zonas semi-áridas, cujo núcleo central era a agricultura de subsistência que se caracterizava pela baixa produtividade e pouco grau de integração, além do que dava suporte a existência permanente de um excesso de mão-de-obra barata e desqualificada.

2 – um planejamento adequado para a economia do semi-árido, que levasse em conta a fragilidade dessa região diante das crises de produção advindas das épocas de estiagem, haja vista que os efeitos da seca tinham um impacto significativamente maior na zona semi-árida. E, além disso, as medidas emergenciais adotadas pelo governo, que eram de caráter assistencialista, acabavam apenas postergando o problema, não modificando de forma definitiva a questão da seca, sem contar que aumentavam a carga demográfica, uma vez que, como destacava o documento, durante as secas a política do governo induzia os fazendeiros a dispensar uma parcela dos moradores para trabalhar nas frentes de trabalho, mas conservavam suas famílias dentro das propriedades.

Essa população continuava sem renda o suficiente para adquirir alimentos, pois parte da produção de alimentos não se integrava ao mercado. Assim, as políticas governamentais adotadas na época, tiveram seus aspectos positivos, dada a emergência da situação enfrentada pelos nordestinos da zona semi-árida, no entanto, não levaram em conta a estabilidade da oferta de alimentos, aumentando a carga demográfica, o que tornou essa economia mais vulnerável.

Para o GTDN a solução inicial deveria ser a redução do peso da agricultura de subsistência, o que implicaria em aumento da faixa monetária. Para isso, seria necessário aumentar a produtividade da região semi-árida, o que seria possível por meio de uma maior integração da unidade produtiva típica no mercado.

Assim, o documento apontava a necessidade de atacar simultaneamente duas frentes: a da reorganização da economia semi-árida, visando eliminar o setor de subsistência, e a abertura de uma fronteira agrícola na periferia úmida.

Tendo em conta a elevada densidade demográfica da faixa litorânea, o GTDN chegou à conclusão de que para elevar a produtividade do trabalho nessa região seria necessário aumentar a

densidade de capital por pessoa ocupada, o que implicaria, necessariamente, na industrialização. Essa seria a solução do problema fundamental do Nordeste, qual seja: uma oferta inadequada de alimentos tanto para o semi-árido quanto para a faixa litorânea.

Nesse sentido, uma política de industrialização para a Região deveria levar em conta os setores com maiores possibilidades de expansão e, segundo estudos elaborados pelo GTDN, a existência embrionária de indústrias siderúrgicas seria um caminho para desencadear a indústria de transformação de ferro, aço e mecânica. A destacada importância dessa indústria seria devido seu caráter germinativo. Sua instalação daria suporte a assimilação de tecnologias avançadas e incitaria uma mentalidade industrial na região. Outro tipo de indústria que poderia ser incentivada seria aquela que necessita de matérias-primas locais e tinha maiores possibilidades de adentrar nos mercados do Centro-Sul, como as indústrias de cimento e adubos fosfatos.

Por fim, indústrias tradicionais como a algodoeira também mereciam atenção especial por parte da política de industrialização, uma vez que constituíam importante fonte de emprego para a população, apresentando uma alternativa para a mão-de-obra abundante e barata existente. Além disso, a disponibilidade de matérias-primas era um fator importante.

7 – Composição das Pautas de Exportação das Regiões Nordeste e Sudeste: Uma Análise Comparativa para os anos de 1995 e 2006

As políticas implementadas para integrar as regiões Centro-Sul e Nordeste, de maneira a reduzir as assimetrias que caracterizaram suas relações, em que o Estado teve papel preponderante, foram, em grande medida, responsáveis pelo nível de desenvolvimento alcançado pela região Nordeste hoje, no entanto, não conseguiram, de forma definitiva, fazer com que esta Região alcançasse o nível de desenvolvimento daquela. Embora tenha apresentado, nos últimos anos, uma taxa de crescimento considerável em relação à economia brasileira, a região Nordeste ainda possui muitos obstáculos a serem transpostos, para chegar ao nível de desenvolvimento do Centro-Sul.

Esse intento tornou-se mais difícil com as mudanças trazidas pelo processo de abertura comercial e financeira da economia brasileira, uma vez que expôs as diferenças em termos de desenvolvimento ainda existentes entre as regiões Nordeste e Sudeste, além das assimetrias existentes dentro da própria região Nordeste, onde as áreas que conseguiram um considerável nível de desenvolvimento convivem com áreas onde persiste um elevado índice de pobreza. Além disso, o contexto diferente, em que a atuação estatal como impulsionador do desenvolvimento cede lugar à concorrência estrangeira, as fragilidades estruturais da região Nordeste tornam-se de difícil solução.

A assimetria intra-regional do Nordeste tem se caracterizado pela atração de capital privado por parte das áreas mais dinâmicas, enquanto as menos desenvolvidas estão à margem desse processo, justificando a necessidade de uma atuação estatal no sentido de possibilitar a integração dessas áreas mais pobres com as áreas mais desenvolvidas. Como destaca Moreira *apud* Porto (2006, p. 108):

“Os maiores investimentos privados no Nordeste do Brasil, no ano de 2004, foram concentrados em três Estados (85%) e nesses nas suas áreas mais desenvolvidas: 59% na Bahia, sendo 37% no litoral; 14% no Ceará, com 6% nas imediações de Fortaleza; e 12% em Pernambuco, com cerca de 5% nas imediações de Recife. Convém ressaltar a presença da agropecuária na Bahia (5%), Maranhão (2%), Pernambuco e Piauí (ambos com 1%), o que deve estar representando com maior ênfase, as produções de grãos no oeste da Bahia, no Sul do Piauí e no sul do Maranhão e a produção de frutas no entorno de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Além disso, também são concentrados em setores da economia: indústria de transformação – 26% (só na Bahia 20%); comércio e serviços, 24%, distribuídos entre os maiores Estados e nas maiores cidades; papel e celulose – 17%, praticamente na Bahia; e transportes, energia e agropecuária, com 9% cada setor”.

A concentração dos recursos privados em áreas específicas tem contribuído para a dinamização dessas áreas, mas a existência de áreas com uma estrutura produtiva simplória faz com que o grau de industrialização e o nível de desenvolvimento alcançados pelo Nordeste deixem, ainda, muito a desejar em relação ao Centro-Sul do país, principalmente, quando comparamos com a região Sudeste, que é o carro-chefe da economia brasileira.

Deve-se, portanto, ressaltar que se para a região Sudeste, que possui um sistema produtivo mais sólido, foi difícil enfrentar os desafios propostos pela abertura econômica brasileira, para a região Nordeste esta dificuldade é ainda mais evidente, pois sua estrutura produtiva, apesar de ter atingido um grau de solidez considerável nos últimos 50 anos, contando com a intensa participação do Estado, ainda apresenta gargalos cuja superação não será imediata se as decisões tomadas estiverem ao sabor do mercado. Pode-se dizer que a relativa queda da participação do Estado na economia fragilizou ainda mais a estrutura produtiva da região Nordeste.

Dada a importância das exportações para a economia nordestina, optou-se por analisar a composição das pautas de exportações das regiões Nordeste e Sudeste, com o objetivo de captar as mudanças trazidas pela abertura comercial brasileira, além de observar as diferenças existentes na estrutura produtiva das duas regiões. Espera-se que a região Nordeste apresente uma pauta composta por produtos primários e com baixo conteúdo tecnológico. Por outro lado, espera-se que a composição da pauta de exportações da região Sudeste englobe setores predominantemente industriais e com maior valor agregado, dada a maior complexidade da estrutura produtiva dessa região.

Pela Tabela 1, pode-se constatar que 14 setores da atividade econômica em 1995 e 17 em 2006, respondiam por 80% das exportações do Nordeste. Devem-se observar mais atentamente os setores que historicamente se destacam na pauta de exportação da região, quais sejam: açúcares e algodão.

O setor açúcares e produtos de confeitaria, como era previsto, assumiu o primeiro lugar no ranking da pauta de exportação em 1995, contribuindo com 18,2%, no entanto, ao longo do período o Nordeste perde competitividade nesse setor, chegando ao ano de 2006, como quinto no *ranking*, com uma participação de cerca de 6%. Por outro lado, o setor algodão, aparece como um dos principais setores somente em 2006. Isso retrata a vantagem comparativa que a região possui nesse setor, evidenciada com a abertura comercial.

Os setores alumínio e suas obras; cobre e suas obras; ferro fundido, ferro e aço e minérios merecem destaque por serem setores nos quais a região ganhou competitividade em virtude de incentivos estatais, e que já eram destacados pelo GTDN como setores embrionários. Tais incentivos possibilitaram a implantação do Programa Grande Carajás, nos anos de 1980, voltado à área minero-metalúrgica, resultando no projeto ALUMAR que consolidou a produção de alumínio no estado do Maranhão.

Tabela 1 – Participação setorial na pauta de exportação – Nordeste, 1995-2006

Setor	1995		2006	
	Particip.	Pos.	Particip.	Pos.
Açúcares e produtos e confeitaria	0.182	1	0.068	5
Algodão	-	-	0.023	13
Alumínio e suas obras	0.119	2	0.053	8
Cacau e suas preparações	0.028	9	0.018	17
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	-	-	0.031	11
Cobre e suas obras	0.046	7	0.072	4
Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais	0.023	11	0.098	1
Ferro fundido, ferro e aço	0.054	5	0.057	6
Frutas, cascas de cítricos e de melões.	0.046	8	0.047	9
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	0.022	12	-	-
Minérios, escórias e cinzas.	-	-	0.022	14
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	0.025	10	-	-
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	0.047	6	0.054	7
Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	-	-	0.019	16
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	0.020	14	0.021	15
Plásticos e suas obras	0.055	4	0.035	10
Produtos químicos inorgânicos, etc.	0.020	13	-	-
Produtos químicos orgânicos	0.111	3	0.080	3
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	-	-	0.029	12
Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios	-	-	0.080	2

Fonte: MDIC – 2006 (Elaboração Própria)

Nota: Os setores apresentados na tabela são aqueles que em conjunto respondem por 80% das exportações do região em cada ano. As células preenchidas com “-” correspondem aos casos em que o setor não fazia parte desse grupo.

No entanto, deve-se destacar que o setor alumínio e suas obras perde posição no *ranking*, nesse período, passando a ocupar o oitavo lugar dentro da relação de setores mais exportados pela região. O mesmo ocorre com o setor ferro fundido, ferro e aço. Nesse caso, por sua vez, a perda de posição não foi significativa, caindo para sexto em 2006 e mantendo cerca de 5% de participação. De outra forma, o setor cobre e suas obras ganhou posição em 2006, passando para o quarto lugar no *ranking* e contribuindo com cerca de 7% das exportações da brasileiras. Além disso, o setor minérios, escórias e cinzas, que não estava entre aqueles setores que respondiam por 80% das exportações da região em 1995, passou a participar em 2006 como décimo quarto no *ranking*.

Outros casos peculiares a serem analisados são as exportações dos setores de calçados e automóveis, pois a entrada desses setores na pauta de exportação do Nordeste, em 2006, se deu pela política de incentivos fiscais adotada pelos governos estaduais a partir de meados da década de 1990, na tentativa de atrair indústrias de outras regiões do país para a região Nordeste. No caso do setor de calçados, a abertura comercial exigiu sua reestruturação, o que resultou na realocização das indústrias calçadistas do Sul e Sudeste para a região Nordeste, por essa última possuir um excedente de mão-de-obra barata e se localizar próximo ao maior mercado consumidor do produto, os Estados Unidos. Para o setor de veículos, acredita-se que a presença desse setor como segundo no *ranking* em 2006 se deva ao fato da instalação da Ford no estado da Bahia.

Os setores peixes e crustáceos, e sementes e frutos oleaginosos entram na composição da pauta de exportação somente em 2006. Esse ganho de competitividade já era esperado para o primeiro setor, uma vez que a região não apenas possui vantagens comparativas como adquiriu nos últimos anos vantagens competitivas no setor. Em relação ao segundo setor, acredita-se que a produção de soja nos estados da Bahia e Piauí tenha contribuído para esse ganho de competitividade.

Merecem destaque, também, aqueles setores que faziam parte da pauta no ano de 1995, mas saíram da composição dessa pauta no ano de 2006, são eles: gorduras, óleos e ceras; papel e cartão; e produtos químicos inorgânicos. Acredita-se que a Região não possuía uma vantagem comparativa nem criou vantagem competitiva para manter esses setores em sua pauta, assim, outras regiões com produção mais eficiente tomaram o espaço que antes pertencia ao Nordeste.

No caso da região Sudeste, como pode ser visto na Tabela 2, 19 setores da atividade econômica em 1995 e 16 em 2006 respondiam por 80% das exportações da Região. Observando de uma forma geral, percebeu-se que a pauta continha setores de alto conteúdo tecnológico, como era previsto, porém, a região ainda é competitiva no setor café chá, mate e especiarias, que foi o seu principal produto de exportação antes da consolidação do processo de industrialização.

O que se constatou analisando mais especificamente a composição da pauta de exportação dessa região foi uma perda de competitividade em alguns setores que apareciam nos últimos lugares do *ranking* no período de 1995, como os setores plásticos e suas obras; preparações alimentícias diversas, porém são setores cujos produtos apresentam baixos valores agregados. Por outro lado, a região ganhou competitividade no setor aeronaves e outros aparelhos aéreos, que não estava entre aqueles setores que eram responsáveis por 80% das exportações da região, mas se tornou um dos principais em 2006. Outros setores de maior valor agregado que estavam na pauta em 1995, ocupando lugares de destaque no *ranking*, permaneceram em 2006, como os setores: reatores nucleares e automóveis.

Tabela 2 – Participação setorial na pauta de exportação – Sudeste, 1995-2006

Setor	1995		2006	
	Particip.	Pos.	Particip.	Pos.
Ferro fundido, ferro e aço	0.139	1	0.0918	3
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	0.106	2	0.0906	4
Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios	0.089	3	0.1061	2
Minérios, escórias e cinzas	0.069	4	0.0838	5
Café, chá, mate e especiarias	0.069	5	0.0348	9
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc	0.046	6	0.0492	7
Açúcares e produtos de confeitaria	0.042	7	0.0616	6
Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	0.041	8	0.0182	13
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	0.038	9	0.0195	12
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	0.029	10	-	-
Borracha e suas obras	0.022	11	0.0153	15
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0.019	12	0.0152	16
Produtos químicos orgânicos	0.016	13	-	-
Alumínio e suas obras	0.015	14	-	-
Plásticos e suas obras	0.014	15	-	-
Operações especiais	0.013	16	0.0223	11
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	0.013	17	-	-
Preparações alimentícias diversas	0.011	18	-	-
Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais	0.010	19	0.1138	1
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes	-	-	0.0416	8
Carnes e miudezas, comestíveis	-	-	0.0246	10
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	-	-	0.0168	14

Fonte: MDIC – 2006 (Elaboração Própria)

Nota: Os setores apresentados na tabela são aqueles que em conjunto respondem por 80% das exportações do região em cada ano. As células preenchidas com “-” correspondem aos casos em que o setor não fazia parte desse grupo.

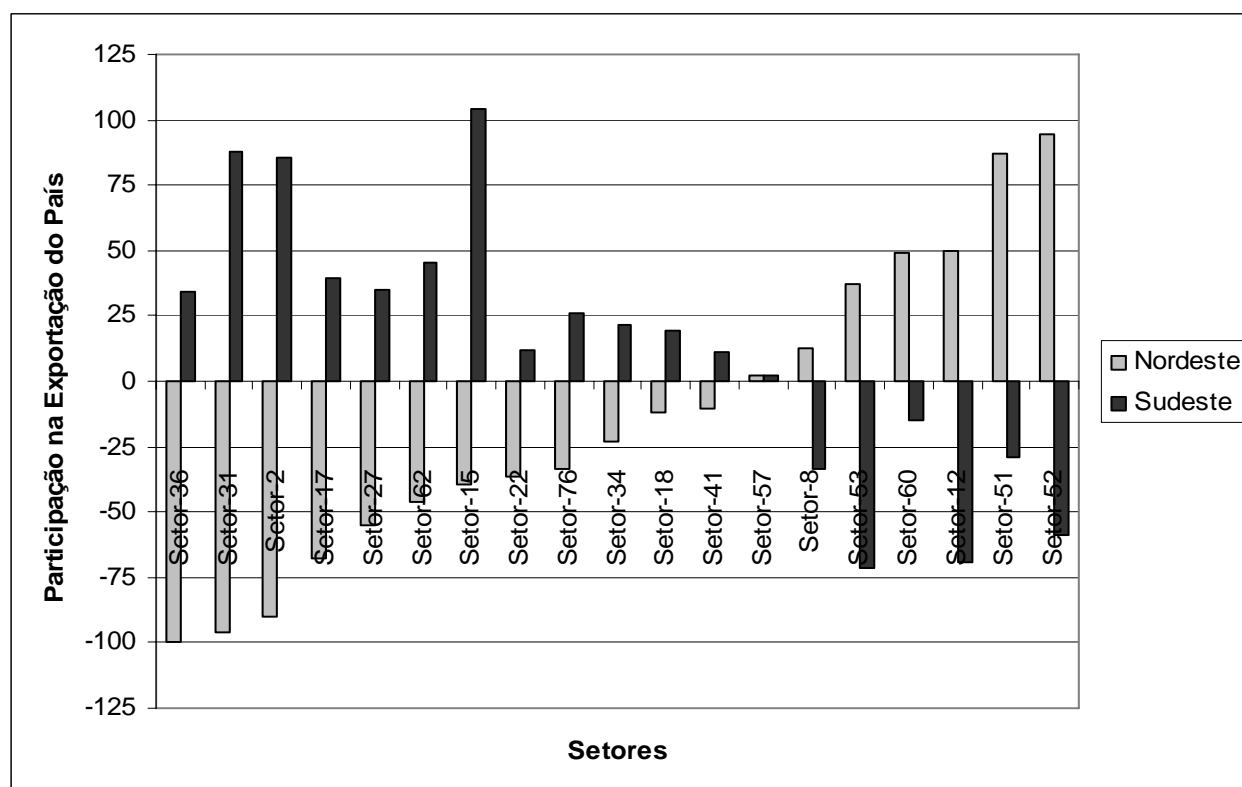
Os resultados apresentados nas duas tabelas, de certa forma, evidenciaram as diferenças na estrutura produtiva das duas regiões. Além disso, destacou a importância do papel desempenhado pelo

Estado na região Nordeste, quando essa região passa a ser competitiva em setores que, sem os incentivos estatais não seria possível alcançar esse grau de competitividade.

No Gráfico 1, podem ser visualizados alguns setores da atividade econômica, bem como suas taxas de variação das exportações nas regiões Nordeste e o Sudeste, em relação as exportações do país, entre os anos de 1995 e 2006. Como pode ser observado, o Nordeste ganhou competitividade nos seguintes setores: (8) frutas, cascas de cítricos e de melões; (53) outras fibras têxteis vegetais fios de papel, etc. (60) tecidos de malha; (12) sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.; (52) algodão; (51) lã, pelos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina.

Por outro lado, a região Nordeste perdeu competitividade relativa nos setores: (36) pólvora, explosivos e artigos de pirotecnia; (31) adubos e fertilizantes; (2) carnes e miudezas comestíveis; (17) açúcares e produtos de confeitaria; (27) combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais; (62) vestuário e seus acessórios, exceto de malha (15) gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. (22) bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; (76) alumínio e suas obras; (34) sabões, agentes orgânicos de superfície, etc. (18) cacau e suas preparações; (41) pele, exceto peleteria (peles com pêlo), e couros.

Gráfico 1 – Taxa de Variação da participação setorial das exportações das regiões Nordeste e Sudeste na exportação do país – setores selecionados, 1995-2006.



Fonte: Elaboração própria.

Embora não se possa afirmar isto, existem, baseados na discussão feita no presente trabalho, evidências de que houve alguma realocização setorial da atividade produtiva entre as regiões Nordeste e Sudeste. Sem dúvida, a análise não é robusta, uma vez que as demais regiões do país não fizeram parte dela. No entanto, o fato de que, em alguns setores, a taxa de variação das exportações setoriais em relação às exportações do país, para as duas regiões, serem relativamente simétricas, pode sugerir que, nestes casos, houve um processo de realocização entre as duas regiões.

8 – Considerações Finais

O processo de abertura comercial da economia brasileira evidenciou a necessidade de mudanças na estrutura produtiva nacional, e isso teve substanciais impactos nas economias regionais, principalmente porque sublinhou as assimetrias em termos de desenvolvimento dessas regiões, destacadamente as regiões Nordeste e Sudeste.

Pode-se dizer que com a inserção do Brasil em um mundo integrado/globalizado, a questão das assimetrias regionais torna-se cada vez mais complexa, haja vista que a lógica de reprodução do capital não leva em conta a necessidade de uma equidade do nível de desenvolvimento, mas procura se localizar em áreas onde já exista uma estrutura produtiva que garanta sua reprodução.

Com a abertura econômica da economia, a participação do Estado como agente indutor do desenvolvimento, se reduziu de maneira significativa, gerando um ambiente de concorrência pelo capital produtivo. E, dentro desse contexto, a região Nordeste do Brasil, como já foi caracterizada acima, sai em desvantagem em relação à região Sudeste.

Além de não ter superado de maneira definitiva a diferença entre os níveis de desenvolvimento das regiões Nordeste e Sudeste, intensificada com o processo de industrialização brasileiro, o processo de abertura comercial tem conduzido o Nordeste a uma nova configuração econômico-espacial, caracterizada pela segmentação dessa região em áreas dinâmicas, por um lado, e estagnadas, por outro. Ou seja, algumas áreas, pertencentes, em alguns casos, a mais de um Estado, estão se tornando centros de atração de capital, embora com menos intensidade que na região Centro-Sul. Enquanto isso, outras áreas permanecem estagnadas.

Dentro desse contexto, pode-se dizer que a região Nordeste abriga hoje vários Nordestes, uns mais desenvolvidos, como, em nível estadual, a Bahia, o Ceará e Pernambuco, para onde grande parte dos recursos migram, dada a estrutura mais sólida desses estados, e outros, caracterizados por uma base produtiva bastante simplória.

A complexidade dessa configuração, tanto em termos inter-regionais quanto intra-regionais, retoma a discussão proposta pelo GTND nos anos de 1960, pois se acredita que a problemática exposta pelo documento continua válida e atual, pelo menos no que concerne a algumas causas e soluções para a busca do desenvolvimento dessa região.

Questões levantadas pelo grupo, tais como a heterogeneidade da estrutura produtiva dessa região, a grande concentração de renda existente, o excedente de mão-de-obra pouco qualificada e com baixo poder sindical, e o fenômeno da seca, ainda fazem parte do debate contemporâneo sobre o desenvolvimento da região Nordeste.

Sabendo que as exportações foram e continuam sendo de grande importância enquanto vetor de desenvolvimento não somente da região Nordeste, mas também das demais regiões do Brasil, o trabalho procurou captar as diferenças entre as estruturas produtivas das regiões Nordeste e Sudeste, além de observar que mudanças foram trazidas pelo processo de abertura.

Os resultados obtidos pela análise da pauta de exportação do Nordeste corroboraram a idéia de que a Região teria sua pauta composta por setores de baixo valor agregado; aqueles em que o Estado foi o principal impulsionador e aqueles em que o Nordeste tinha uma clara vantagem comparativa. No entanto, é interessante destacar que essa pauta mudou bastante do ano de 1995 para o ano de 2006, não apresentando um padrão em comparação com a pauta do Sudeste, em que os setores que lideravam o *ranking* em 1995 continuaram com, praticamente, as mesmas posições.

Essa mudança é resultante da reconfiguração econômica ocorrida ao longo dos anos de 1990 e 2000, em que a região perdeu competitividade em setores tradicionais na pauta de exportação, como por exemplo, o setor açúcar e seus derivados, e ganhou competitividade em setores que não faziam tradicionalmente parte dessa pauta, tal como veículos, automóveis.

Deve-se, contudo, qualificar esse ganho de competitividade, levando-se em conta a possibilidade desses setores impulsionarem a economia como um todo, o que parece não está acontecendo, em virtude da segmentação que vem caracterizando a Região. Ou seja, aquelas áreas onde os governos estaduais estão atuando de forma mais expressiva ao longo dos anos, criaram um ambiente propício ao investimento, sobressaindo-se em relação às demais.

Para reduzir essa segmentação, defende-se uma política direcionada para aqueles setores em que cada área possua vantagem comparativa para, assim, evitar maiores perdas de competitividade. Isto significa que intensificar a especialização pode ser o caminho factível para algumas dessas áreas. Contudo, não se descarta a defesa de uma política desenvolvimentista que dê suporte para a consolidação de uma estrutura produtiva que venha a diversificar essa pauta.

Conclui-se que as diversidades em termos de estrutura produtiva captada pela pauta de exportação de cada uma das regiões ainda existem, pois os setores que apresentam maior grau de complexidade se localizam no Sudeste.

E alguns setores que estão se realocalizando no Nordeste, ainda o fazem, pelo fato da região possuir uma excedente de mão-de-obra barata, e os governos oferecerem subsídios bastante expressivos. Mesmo assim, existe o risco das indústrias que compõem esses setores deixarem a região, quando cessarem os subsídios.

Dentro desse contexto, a participação do Estado no nível estadual e federal ainda é de extrema importância para o crescimento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Região, que ainda têm muitos gargalos a serem superados.

Referências Bibliográficas

- FURTADO, C. (1961). **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1997). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, volume 28, n ° 4, páginas 387-432, reedição out-nov.
- HIRSCHMAN, A. O. (1961). **A Estratégia do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Vários acessos.
- NURKSE, R. [(1955), (1957)] . **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PORTO, E. (2006) As Políticas de Desenvolvimento Regional do Brasil e Seus Reflexos Sobre a Região Nordeste. **In: ELIAS, D. & PEQUENO, R. (Org.) Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, páginas 83-113.
- PREBISCH, Raúl. (2000) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns dos Seus Problemas Principais. **In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal..** Rio de Janeiro/São Paulo, Record, páginas 69-136.
- RODRIGUEZ, O. (1981) **Teoria do Desenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.